

HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, 288p.

Diogo da Silva Roiz\* .

François Hartog, historiador francês hoje mundialmente conhecido, como especialista em historiografia antiga e moderna, inovou a interpretação de textos antigos, nas suas pesquisas e em seus seminários ministrados na *Escola de Autos Estudos em Ciências Sociais* (EHESS), em Paris (onde também foi professor e diretor de estudos), depois lançadas na forma de artigos e livros. Desde a década de 1980, com o lançamento de seu livro *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, que sua contribuição para os estudos historiográficos tem sido marcante, como ressaltam autores como Roger Chartier, ou Jacques Revel. De modo que sua obra tem servido de base para muitos pesquisadores, da França e de outros países, e nos últimos anos também no Brasil, onde vários pesquisadores o têm utilizado em suas pesquisas, o que refletiu na rápida tradução de muitos de seus livros e artigos. Após ter sido traduzido, em 1999, o livro *O espelho de Heródoto*, a Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nos ofereceu, em 2001, numa versão bilíngüe, com a cuidadosa tradução dos originais efetuadas por Jacyntho Lins Brandão (responsável pela tradução de sua obra na UFMG), a antologia de textos, organizadas pelo autor, que vão de Homero a Santo Agostinho, com o intuito de circunscreverem a forma como aqueles autores da Antiguidade Clássica e Tardia pensaram o conceito de História.

O autor pretendeu com esta antologia de textos ficar entre Paul Veyne – que com seu hoje célebre ensaio *Como se escreve a história*, de 1971, indicou que, para os historiadores,

---

\* Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca, foi bolsista CAPES. Coordenador do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai

a história continuaria sendo o que desde a definição de Aristóteles (e seus seguidores) se fixaria como: ‘o relato dos acontecimentos verdadeiros que têm o homem como ator’ – e Luciano de Samósata – que em 165 de nossa era consagrou um curto tratado intitulado *Como se deve escrever a história*, para prescrever as regras do ofício de historiador e de sua escrita. Do que se depreende, segundo o autor, que “enquanto Luciano (que absolutamente não é historiador) é prescritivo, Veyne (que o é) não visa senão a descrever o que fazem os historiadores (mesmo quando, ou sobretudo, se crêem fazer outra coisa)” (HARTOG, 2001, p. 9). No entanto, prossegue Hartog, “nosso objetivo é mais limitado que o de Veyne e diferente do objetivo de Luciano” porque procurou-se delinear, “começando por dar a palavra aos próprios historiadores, [e elaborando com isso] uma genealogia do conceito antigo de história”, uma vez que “tudo não se deu de uma vez, com Heródoto ou Tucídides, mas que, na construção continuada dessa tradição de escrita, foram feitas certas escolhas, produziram-se ‘esquecimentos’, deslocamentos e também reformulações: de Heródoto a Luciano e a Santo Agostinho, passando por Cícero e Tito Lívio, a mesma palavra não designou sempre a mesma mercadoria” (*Idem*, p. 9-10).

Para atingir esse objetivo, François Hartog selecionou como fontes principais, mas não as únicas, os prefácios (alguns nem eram considerados prefácios, outros nem o eram) escritos na Antiguidade Clássica e Tardia (deixados como testemunho de seus projetos políticos e intelectuais), e que há “é inevitável, a distância entre o que se diz que se quer fazer e o que se fez efetivamente – o prefácio torna-se, ele próprio, na época helenística, um gênero” (*Idem*, p. 10). Em verdade, o autor, não selecionou todos os prefácios, ou todos os prefácios que chegaram até nós, ou ainda apenas prefácios. Muito embora:

O leitor moderno est[reja] acostumado a buscar, nos prefácios, verdadeiros discursos do método. Pelo menos, se há algum, é aí que ele se encontrará. Na tipologia elaborada por Gérard Genette, esse tipo de prefácio se diz ‘original’ (ou autoral). Que se pense no grande prefácio à *História da França* de Michelet (1869), retorno sobre quarenta anos de escrita e de

intercâmbio incessantes entre biografia e historiografia! O prefácio é também o lugar onde se acertam as contas: elas são calculadas ou pagas, as dívidas são reconhecidas ou negadas. É nele que se confessam, afloram ou se ignoram as relações com a instituição (em sentido preciso ou amplo), a qual autoriza e dá crédito (*Idem*, p. 11).

No entanto, no período da Antiguidade Clássica e Tardia, o prefácio tinha um objetivo mais preciso, voltado para: “ao mesmo tempo [em] que se esforça[va] em demonstrar que não se pode[ria] escrever uma história verdadeira da Grécia arcaica, v[inha] a ser a tentativa mais bem acabada de propor algo nesse sentido” (*Idem*, p. 11). E mais:

Argumentava-se também contra: contra aqueles, predecessores ou não, que manifestaram ignorância, não souberam informar-se, não recorreram à experiência, ou, muito simplesmente, mentiram. Eis aí, num modo negativo, um procedimento constante de legitimação dos historiadores gregos – a começar por Heródoto, que critica Hecateu de Mileto e o ridiculariza (...) Na prática, está em curso uma cadeia de críticos, como, melindrado, observou Flávio Josefo: das histórias gregas não se eleva senão uma abominável cacofonia, ao passo que a prova da verdade reside antes na ‘sinfonia’ (*Idem*, p. 11-2). Seguindo o raciocínio de Josefo completa Hartog dizendo que “a ‘cadeia’ de historiadores gregos não é mais que uma cascata de desacordos e de refutações, a que se opõe a ‘sinfonia’ dos vinte e dois livros sagrados dos judeus” (*Idem*, p. 264).

Diante disto o autor argumenta que diferentemente “do orador, o historiador não tem [ou tinha a] necessidade de captar a benevolência de seu público, sendo-lhe suficiente indicar a importância ou a utilidade do que dirá” ainda mais que o “prefácio não [era] jamais o momento de retrospectivas ou exames de consciência, da mesma forma que não [era] o lugar para manifestos sobre o método”. Nesse período, os prefácios serviam mais como indicadores dos caminhos percorridos e aos quais se chegou, e em alguns casos se demonstrando, não diretamente os débitos, mas o diálogo estabelecido na forma de uma crítica voraz aos antecessores. Os prefácios, não sendo discursos sobre o método como viriam a se tornar a partir do século XVIII, serviam para estabelecer um campo de diálogos

e de certa forma servia como uma legitimação da função social exercida pelo historiador (num período em que a Filosofia era reconhecida como a área do conhecimento que centralizava todas as outras, e a História nem era vista e reconhecida como uma área do conhecimento, e servindo mais, como a Literatura, como um registro e guardião da ‘memória coletiva’).

Para concluir sua justificativa sobre a escolha das fontes, Hartog ressaltou que, “ultrapassando os prefácios e as questões que levantam, escolhemos sobretudo textos – não todos escritos por historiadores em sentido estrito – que ajudam, por sua dimensão prescritiva ou reflexiva, a indicar as balizas e a marcar as etapas da longa história do conceito de história: as condições que a tornam possível e suas estruturas profundas”, além disso, essas explicações visaram “mostrar os textos em movimento: um movimento de pensamento que lhes é próprio (...) [e] também seu movimento com relação a outros textos. Por exemplo, Tucídides escrevendo a partir de Heródoto, ou Políbio tentando voltar atrás ou recuperar as considerações de Aristóteles sobre a história e a tragédia. Escolher supõe, enfim, eliminar – e, contra nossa vontade, muitos nomes e textos possíveis ou mesmo significativos não puderam ser incluídos neste conjunto” (*Idem*, p. 13).

Com essa pretensão o livro foi dividido em oito capítulos, nos quais discutirá, com base na seleção de autores e textos acima apontada: a) *antes da História* (selecionando fragmentos da obra de Homero e Hesíodo); b) *a operação historiográfica* (com Demócrito, Hecateu de Mileto, Heródoto e Pausânias); c) *a história entre presente e passado* (com Tucídides, Xenofonte, Isócrates, Dionísio de Helicarnasso e Teopompo); d) *do ‘geral’ ao ‘comum’, com a questão da história universal* (com Aristóteles, Políbio, Estrabão e Diodoro da Sicília); e) *o advogado e o historiador* (com Cícero, novamente Dionísio de Helicarnasso, Quintiliano, Plínio, o Jovem, Salústio e Plutarco); f) *Roma e a grandeza exemplar do passado* (mais uma vez com Dionísio de Helicarnasso, e Tito Lívio e Tácito); g) *o historiador enquanto tal* (com Luciano de Samósata); h) e, por fim, *um epílogo* (com Flávio Josefo, Eusébio de Cesaréia e Santo Agostinho).

Antes de tudo, Homero e Hesíodo aqui se encontram para,

partindo do regime do discurso épico, dar testemunho de uma pré-história do conceito, num tempo anterior em que, contudo, se fazem escolhas duradouras. Vem em seguida o tempo dos fundadores propriamente ditos: a operação historiográfica de Heródoto (com a *historiē* como investigação) e sua profunda reformulação por Tucídides (em favor da história do presente, sem jamais recorrer ao próprio nome de *historía*), seguidas pelas perplexidades de meias-tintas de Xenofonte (que muito menos emprega o termo) (...) A experiência dolorosa das mudanças (...) leva a invocar o passado e incita a imitá-lo. É daí que o tema da história como fornecedora de exemplos irá tomar seu impulso duradouro. Aristóteles, evidentemente, jamais escreveu obra alguma sobre a história e, entretanto, as reflexões da *Poética*, estabelecendo a superioridade da poesia trágica (que diz respeito ao geral) com relação à narrativa histórica (limitada só ao particular) marcam um corte importante: uma espécie de aquisição para sempre – ou um fardo que a historiografia não cessará de sopesar ou se esforçará em depor. Compreende-se então a resistência de Políbio, em seu prefácio, em pôr de novo a história sob o signo do 'geral' (...) Com Roma a historiografia acede enfim ao geral (...) Com Quintiliano (...) e Plínio (...) seguimos esse debate propriamente romano, aberto pelos diálogos de Cícero sobre a história e a eloquência, o advogado e o historiador (...) três olhares sobre a historiografia grega e romana, vista de outro lugar, formarão o epílogo deste percurso (...) Tal é esta história de longa duração (ou antes, seu esboço), que nos conduz de Homero a Santo Agostinho, da pré-história da *historía* até a proposição de uma outra história – propriamente inédita e, contudo, desde sempre à espera, a qual viria recapitular toda a história passada da humanidade, dando-lhe um sentido (*Idem*, p. 14-5).

Ao final de cada capítulo o autor complementava a seleção de textos com um breve, mas esclarecedor, glossário, nos quais procurava indicar caminhos de leitura, forma de interpretação dos textos e informações sobre a maneira como a história estava sendo definida em cada momento. Para um maior detalhamento sobre os autores e obras citados e analisados por François Hartog, elaborou-se o quadro (número 1) abaixo para indicar: autores (por nome e sobrenome, quando indicado, e que na época se referia ao

local de origem do sujeito, a cidade), vida (o tempo em que viveu, no qual a datação é, e era, sempre aproximativa) e obra (citada e analisada pelo autor).

**Quadro – 1: Distribuição de literatos, filósofos e historiadores, segundo nome, vida e obra:**

| Número | Nome do autor            | Vida         | Obra analisada                                |
|--------|--------------------------|--------------|---|
| 01     | Homero                   | Séc. VIII aC | Iliada; Odisséia                              |
| 02     | Hesíodo                  | ?            | Teogonia;                                     |
| 03     | Demócrito de Abdera      | Séc. V aC    | Fragmentos                                    |
| 04     | Hecateu de Mileto        | 540-476a.C   | Percurso sobre a terra habitada; Genealogias  |
| 05     | Heródoto de Helicarnasso | 480-420aC    | Histórias                                     |
| 06     | Pausânias                | Séc. II dC   | Descrição da Grécia                           |
| 07     | Tucidides                | 455-404aC    | A guerra do Peloponeso                        |
| 08     | Xenofonte                | 430-355aC    | As Helênicas; Educação de Ciro                |
| 09     | Isócrates de Atenas      | 436-338aC    | Aeropagítico; Elogio de Evágoras              |
| 10     | Dionísio de Helicarnasso | 60aC - ?     | Tratado sobre Tucídides; Antiguidades Romanas |
| 11     | Teopompo                 | 380aC- ?     | Helênicas; História de Felipe                 |
| 12     | Aristóteles              | 382-322aC    | Tratado sobre a Poética                       |

Nota de leitura

|    |                           |           |  |
|----|---------------------------|-----------|--|
| 13 | Políbio                   | 210-130aC | Histórias  |
| 14 | Estrabão                  | 64aC-24dC | Estudos históricos   |
| 15 | Diodoro da Sicília        | 90-30aC   | Biblioteca Histórica (síntese que chegou até nós)            |
| 16 | M. Túlio Cícero           | 106-43aC  | Do orador  |
| 17 | M. Fábio Quintiliano      | 30dC - ?  | Instituições Oratórias (Educação do Orador)                  |
| 18 | C. Plínio Cecílio Segundo | 62-113dC  |  |
| 19 | C. Salústio Crispo        | 86-35aC   | Guerra de Jugurta  |
| 20 | Plutarco                  | 46-126dC  | Vidas Paralelas (50 chegaram até nós); Obras Morais          |
| 21 | Tito Lívio                | 59aC-17dC | Histórias (até a morte de Druso)                             |
| 22 | P. Cornélio Tácito        | 55-117dC  | Histórias; Os Anais  |
| 23 | Luciano de Samósata       | 119-175dC | Como se deve escrever a História; Das narrativas verdadeiras |
| 24 | Flávio Josefo             | 37-100dC  | Guerra dos Judeus; Antiguidades judaicas                     |
| 25 | Eusébio de Cesaréia       | 265-340dC | Crônica; História Eclesiástica; Vida de Constantino          |
| 26 | Santo Agostinho           | 354-430dC | A cidade de Deus; Confissões                                 |

Fonte: HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, 273p.

Portanto, partindo de prefácios e outros textos, François Hartog, além de delinear a maneira como se pensou a história, também procurou definir como estava sendo definido o historiador e sua função na sociedade, na Antiguidade Clássica e Tardia. Quais as fragilidades que o historiador encontraria ao tentar escrever suas histórias? François Hartog começa a responder a essa questão por dizer que os gregos não inventaram a história, que já era praticada no Egito, por meio da emissão de listas reais e dos anais que registravam as ações dos reis. A originalidade dos gregos estaria, antes, em pensar a figura do historiador, pois, “é sem dúvida com eles” diz o autor “que surgiu o historiador como figura ‘subjéctiva’”. E continua:

Na história intelectual grega, esse modo de afirmação de si e esse dispositivo de produção de um discurso não ficaram absolutamente reservados a historiografia. Eles são, muito pelo contrário, a marca, a assinatura mesmo de um momento (entre o VI e o V século a.C.) que assistiu, entre os artistas, os filósofos da natureza e os médicos, à ascensão do ‘egotismo’: claro desejo de assinar e reivindicar para si o estatuto de autor (*Idem*, p. 17).

No entanto, conforme constatou o autor, aí começam as fragilidades:

No caso dos historiadores, essa afirmação de si não se imporá, todavia, sem uma certa fragilidade, na medida em que a história logo se tornará um gênero, mas não uma disciplina, menos ainda uma profissão. Essa história – tornada para nós, modernos, a História em sua evidência – nunca foi, na Grécia e em Roma, mais que um discurso minoritário, um dentre os que, cada um a seu modo, se encarregavam da memória e contavam a genealogia e os avatares de uma certa identidade (...) [e ainda] a história, claramente se preocupava mais com o presente que com o passado (...) O historiador, antes de tudo, foi um homem de viagem e de exílio (...) Enfim, última fragilidade do historiador: após ter-se desembaraçado do poeta e ter-se tornado um mestre da prosa, não tarda a inclinar-se diante do filósofo que, desde o século IV, julga poder impor-se como referência intelectual maior e, por assim dizer, como árbitro dos saberes. Desde então, tendo em vista que, numa Atenas atingida pela



derrota, a história não poderia mais pretender ser a Ciência Política que Tucídides sonhou fazê-la, não restará ao historiador mais que convencer-se e convencer que a história é, sem dúvida, útil (para o político), agradável (para quem gosta de ler), mas *também* filosófica (*Idem*, p. 18-9).

Todavia, isso não impediu que a “história permane[cesse] sobretudo como ocupação dos que fazem a história”, mesmo que, como lembra o autor, no período seguinte a ocupação de Roma efetuada pelos ‘bárbaros’, entre os séculos IV e V, constitua-se a figura do ‘historiador eclesiástico’. Para o autor, o historiador eclesiástico não “é um pesquisador, mas um leitor que ‘escolhe e colhe palavras’ dos que escreveram antes, visando a fazer ‘um corpo (uma narrativa organizada), utilizando a narrativa histórica’. Dessa reunião inédita, que visa a ‘salvar’ a memória da tradição, resulta o interesse de sua história. Ele reencontra e retoma, desse modo, o *tópos* da utilidade da história” (*Idem*, p. 267-8). O historiador eclesiástico, prossegue o autor,

não tem a necessidade de ver por si mesmo, basta-lhe desdobrar escrupulosamente a cadeia da tradição. Como para Flávio Josefo, a historiografia não se concebe fora da instituição. É então lógico que Eusébio peça a Deus que seja seu ‘guia’ no trabalho, ainda mais porque reivindica ser o primeiro a escrever uma história desse tipo. De fato Eusébio servirá de modelo para muitos outros historiadores eclesiásticos [como a Santo Agostinho, que o utilizará em sua demarcação da história da cristandade ocidental, fixada em *A cidade de Deus*] e, além disso, para os primeiros historiadores nacionais (*Idem*, p. 267).

Após a criação das primeiras universidades na Europa, entre os séculos XII e XIII, a história continuará restrita àquele tipo de escrita, coisa que só se alterará com o Renascimento. Muito embora a primeira cátedra de história houvesse sido criada em 1504, “em Mayence, para um tradutor de Tito Lívio”, seu número somente aumentará de maneira expressiva a partir do século XVIII. Para o autor, entrar-se-ia “então num outro regime de historicidade, formulado na Alemanha no último terço do século XVIII e realizado pela Revolução

Francesa: o da história concebida como processo e incarnada no progresso” (*Idem*, p. 20). Sobre isso, talvez voltando ao epílogo (cap. VIII, pp. 237-272) do autor, e ao texto de Santo Agostinho, poderíamos questioná-lo e nos perguntar: se esse regime de historicidade que, segundo ele se inicia na Alemanha e com a Revolução Francesa, já não apareceria na sua forma religiosa e sacra em Santo Agostinho e na Idade Média? O movimento da Ilustração na França do século XVIII não teria simplesmente secularizado aquele sentido religioso (com uma direção a seguir para a humanidade, e, portanto, finalista e progressiva) que era dado, em toda Idade Média, ao discurso histórico? Será que esse ‘novo’ regime de historicidade já não estaria em processo, desde os séculos XVI e XVII, com a obra dos ‘antiquários’, e as contribuições de Nicolau Maquiavel (1469-1527), René Descartes (1596-1650), Giambattista Vico (1668-1744), e muitos outros, para a reformulação do discurso dos historiadores? Evidentemente, as questões postas servem apenas para pensarmos crítica e historicamente esta obra do autor, já que sua afirmação foi alocada mais como uma hipótese de trabalho a ser mais bem explorada, do que como uma afirmação já comprovada. Realmente, é justamente isso que François Hartog tem feito desde então em suas últimas obras (algumas já traduzidas), tais como: *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges* (impressa em 2003, pela Editora da UFRJ); *Os antigos, o passado e o presente* (editada também em 2003 pela editora da UNB, e que é uma coletânea de artigos, anteriormente publicados em livros e em revistas especializadas na década de 1990, com exceção do último, que é de 1982, impresso num número especial da revista *Annales* sobre história antiga); *Memória de Ulisses. Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga* (publicado em 2004 pela editora da UFMG); *Des regimes d’historicite* (publicada em 2003 pela Seuil); *Evidence de L’histoire. Ce que voient les historie* (publicada em 2005 pela EHESS) e *Anciens, modernes, sauvages* (publicada também em 2005 pela Galaade), e que infelizmente ainda não foram traduzidas no Brasil. Nelas aparece, tal como vimos nesta obra, o investigador minucioso e persistente, atrás de indícios, provas e fragmentos de fontes que permitam inquirir melhor o

passado, precisar mais adequadamente a comprovação efetuada por meio do discurso (na escrita da história), e analisar os significados pelos quais foram passando a história e o ofício de historiador.

Portanto, questionamento à parte, para o autor (na conclusão de sua introdução a antologia de textos) foi no século XVIII, que a palavra história passava a agrupar tanto 'o acontecido' (o que 'foi vivido'), quanto a 'narrativa e interpretação daquele agir humano de outrora', e assim se completaria a separação entre o conceito antigo e o conceito moderno de história. De modo que este livro de François Hartog contribui para um melhor delineamento do conceito antigo de história, o seu debate, crítica, e às vezes negação entre os autores arrolados na antologia. E, ainda, esclarece como a narrativa histórica, aos poucos se separa do discurso poético, e a maneira como se aproxima do discurso filosófico, demonstrando mudanças de perspectiva, de interesses, fontes e temas outrora muito pesquisados (como as guerras).